

DESAFIOS DA HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA NO CONTEXTO DAS LITERATURAS DO MUNDO

Marcello de Oliveira Pinto (UERJ-UNIRIO)¹

Resumo: Os últimos anos do século passado viram surgir uma nova configuração no espaço da produção historiográfica. No campo da história da literatura, a repercussão deste movimento produziu novas perspectivas para a sua descrição. A história literária passa a ser pensada como um processo de transformação e de caráter mais aberto, no qual a dinâmica descontínua e não teleológica do sistema literário e cultural, em suas múltiplas temporalidades, é levada em consideração. Este ensaio tem como objetivo apresentar algumas novas propostas de historiografias literárias e colocar em questão a sua produção hoje.

Palavras-chave: historiografia literária; literatura; literaturas do mundo.

Os últimos anos do século passado viram surgir uma nova configuração no espaço da produção historiográfica. Desta expansão originaram-se vários campos novos de estudo como, por exemplo, a história mundial e as histórias regionais, que desbancaram a história nacional como discurso hegemônico da nação, esta última predominante no século dezanove. Tal pluralidade de discursos provocou um redirecionamento não só das questões que orientam os estudos historiográficos como também os pressupostos deste fazer.

O século XX termina com um grande movimento na cartografia dos modos de escritura da história, tanto nos seus focos como nas suas orientações metodológicas. Da microstoria italiana de CARLO GINZBURG (1989), GIOVANNI LEVI (1991) e CARLO PRONI (1989) a *Alltagsgeschichte* alemã, passando pela egohistória e a proposta de EDWARD PALMER THOMPSON e seu marxismo culturalista, até a história sociocultural das práticas e das representações sugeridas por ROGER CHARTIER (2001). As propostas são numerosas e a sua pluralidade indica o constate processo reflexivo dos historiadores frente às questões sobre o passado. Contudo, uma certa tendência em torno de duas orientações epistemológicas parece dominar o conjunto das produções historiográficas. Estas duas posturas consideradas alternativas, mas que segundo, DOSSE (2003), podem ser pensadas como complementares, representam não duas “correntes” no sentido amplo do termo, já que não se eliminam imediatamente como

¹ Graduado em Letras e Mestre em Ciência da Literatura (UFRJ), Doutor em Teoria da Literatura (PUC-RJ). Contato: marcellodeoliveirapinto@gmail.com.

pólos opostos identitários. De um lado estão pesquisadores que entendem a história como uma escritura subjetiva, como prática ligada à tradição da literatura e, de outro, pesquisadores que insistem sobre a noção de prova, sobre o caráter precário, falsificável, da asserção histórica em função das fontes documentárias e, portanto, sobre seu caráter de saber objetivado. A perda hegemônica de uma grande voz que paute a produção historiográfica como foi a da Escola dos *Annales* favorece esta tendência bipolar e fomenta a pluralidade de métodos e pesquisas que necessariamente não se anulam. Este quadro representa

o questionamento das ciências humanas sobre o enigma não resolvido da natureza do “estar junto”, do vínculo social, negligenciado pelas ideologias reducionistas e pelas concepções filosófico-políticas baseadas no utilitarismo. DOSSE (2003, p. 306)

Além disso, o movimento pluridisciplinar do século vinte evidenciou a tentativa de alargar as fronteiras dos discursos das ciências sociais, estabelecendo laços cruciais para as descrições dos pressupostos teóricos e empíricos do fazer historiográfico. O primeiro desses redirecionamentos é o de que todo o conhecimento depende do observador e conhecer é sinônimo de fazer (MATURANA E VARELA, 1998) e só se viabiliza pelo e no agir, o que sugere então que não existe conhecimento ontológico ou objetivo. Conceitos como saber absoluto, verdade suprema, princípios últimos não coadunam com os pressupostos descritos acima. O segundo é a descrição da função primordial da linguagem como sendo a de produzir os campos consensuais de conduta dos observadores na sociedade. Advém desta visão a ideia de que a comunicação é oriunda da construção de campos interativos comuns e do desenvolvimento de esferas consensuais resultantes da acoplagem estrutural dos observadores (idem). Assim, o que chamamos de interação pode ser entendido como uma abertura operacional que ocorre anteriormente a qualquer comunicação. Desta forma, os sinais da linguagem “materializam” experiências comunicativas. Eles não se referem à entidades não verbais na “realidade”, mas ao nosso conhecimento comum de possíveis referências. Os sinais da linguagem se referem à práticas (ações) sociais.

No que diz respeito à produção historiográfica, a principal consequência desta descrição foi a fragilização dos alicerces do preceito de uma realidade maiúscula, única e ontológica. Os elementos sociais que eram antes considerados como imutáveis passam a

ser vistos como produtos de uma complexa rede de interações sujeita às particularidades epocais e espaciais. O que antes era extremamente confortável torna-se impreciso e amplo, levando muitos estudiosos a pensarem não mais nas fronteiras do conceito, mas na sua alteridade.

Esta postura se aproxima de perspectivas teóricas que adotam a contingência como objeto de sistematização o que sugere uma atenção às disparidades, às inconstâncias e aos fenômenos regionais e locais não universalizáveis desprezados pelas teorias sociais clássicas. Uma das mais típicas posturas destas linhas clássicas era a ideia de se associar áreas específicas da atividade humana a conceitos totalizantes, como por exemplo, a tendência a se pensar a esfera da produção artística a partir da análise de como ela é moldada pelo meio social (BURKE, 1992). Essa tendência observava como a estrutura social (os meios de produção, por exemplo) influenciava e determinava reflexos nestas atividades. Esta postura, muito adotada por alguns teóricos da arte e da literatura, sofreu duras críticas nos últimos anos. Uma destas linhas antagônicas direciona o conceito de cultura para as manifestações periféricas da sociedade e como estas articulam a perspectiva simbólica do comportamento humano. Destarte, abandona-se a crença em um local específico como ponto de referência para um conceito totalizante da realidade (e da cultura) e passa-se a procurar entender os sistemas de significado produzidos no âmbito das contingências sociais em busca de padrões específicos em espaços determinados. Essas contingências fazem com que os fenômenos passem a ser percebidos como fundamentados numa “incerteza” que produz um incessante processo de reestruturações.

Novas perspectivas sociológicas, como o conceito de criatividade coletiva (Taylor, 1988), passaram a indicar a potencialidade construtiva do fazer social que destaca a importância do pensamento e da imaginação na produção da sociedade. É o advento do imaginário social. Uma outra contribuição a este debate aponta para o conjunto de estratégias que permitem aos indivíduos produzir uma série de alternativas de ação em um ambiente que está sempre em modificação. Estes “esquemas”, assim como denominados por BOURDIE (1977), sugerem uma adaptabilidade dos atores sociais, que delineiam possibilidades de abordagens a um fenômeno social específico a partir da criatividade cultural que permite ao indivíduo entender este fenômeno através do abalo (ou desconstrução) de suas estruturas formadoras. Isso significa atestar a percepção de diversos subsistemas que se organizam para formar o tecido social, entre eles, por

exemplo, o sistema artístico, evidenciando uma impressionante dimensão multiestructural e multicontextual, correspondendo a dispensa de quaisquer fundamentos ontológicos estáveis.

No campo da história da literatura, a repercussão deste movimento produziu novas perspectivas para a sua descrição. No início dos anos 70, por exemplo, a atenção para os pressupostos da escrita de histórias de literatura se reorientam a partir da figura do leitor e de como a recepção da obra se articula no contexto espaço-temporal JAUSS (1994). A história literária passa a ser pensada como um processo de transformação e de caráter mais aberto, no qual a dinâmica descontínua e não teleológica do sistema literário e cultural, em suas múltiplas temporalidades, é levada em consideração e enfatiza a emergência da historicidade da literatura precisamente nos pontos de intersecção da diacronia e da sincronia (JAUSS,1994). Ao mesmo tempo, se a produção sincrônica revela em suas obras a multiplicidade heterogênea do não sincrônico, do ponto de vista de sua recepção estética, essa multiplicidade dos fenômenos literários cria para o público leitor, de algum modo, uma certa unidade em função da existência latente de um horizonte compartilhado de expectativas, memórias e antecipações, fazendo com que aquele perceba a temporalidade espacial das obras como se elas fossem do seu próprio presente. Neste segundo argumento desponta a convicção de que a própria história se faz na história. Em todo o caso, a sua proposta esclarece com mais precisão fenômenos de equilíbrio instável e fronteiras porosas e interpenetráveis, presentes em experimentos historiográficos do nosso tempo, impossíveis de serem enclausurados numa periodização única balizada por inícios, meios e fins. De acordo com este entendimento, a historicidade se vincula aos momentos de cruzamento de múltiplas curvas temporais.

Foi neste espírito que *A New History of French Literature* (HOLLIER, 1989), obra de 1158 páginas publicada pela Universidade de Harvard em 1989, foi concebida. A sua organização foi resultado do trabalho de um grande grupo de pesquisadores que contou com a participação de vários ensaístas, de orientação filosófica divergente e de origens nacionais, geográficas, disciplinares, e culturais várias, além da contribuição de seus organizadores.

DENNIS HOLLIER, editor do livro, afirma que *A New History of French Literature* pretende romper com a historiografia literária como um simples inventário de autores e títulos (1989, p. xix). Segundo o editor nem os modos tradicionais de

apresentação enciclopédica nem de contínua narrativa histórica parecem adequados para o seu interesse em construir uma visão de campo histórico e cultural através de um amplo domínio de perspectivas críticas contemporâneas (HOLLIER, p. xix). Além disso, HOLLIER critica a forma com que as historiografias literárias tradicionais lidam com o sistema literário:

Replacing both a theory unable to account for its evolution and a view of history unable to account for the literary, a formalist literary history will finally grasp literature's own historicity, literature changing as literature and for literature reasons. Methodological debates concerning literary history traditionally focus on the relations between what is inside and what is outside a literary work, between its content and its context. Whether they intend to demonstrate literature's independence of any contextual influence, its enforced responsiveness to what occurs in its surroundings, or its evolution according to its own laws, all these versions of literary history require that it always be clear what is inside and what outside, where literature starts and where it ends, where one enters and where one leaves literature. Today it is increasingly difficult to draw one solid line of demarcation between the inside and the outside of a work of art (HOLLIER, 1989, p. xxiv-xxv).

Uma outra obra representativa desta nova produção, a *Columbia Literary History of The United States* (1988). T. ELIOTT, um dos editores da obra, indica que a montagem é o grande diferencial do projeto. Segundo ele. Essa nova história da literatura é construída formalmente segundo o modelo de uma galeria de arte cujas várias portas de entrada disponíveis garantem o acesso aos diversos corredores. Diferente da maioria das obras de história da literatura até então publicadas, a *Columbia Literary History of The United States* abdicava da tentativa de oferecer uma visão ampla e “monumental” da literatura estadunidense e procuravam acentuar a diversidade, a complexidade e a contradição a medida que optou por um modo de representação não linear do passado. Segundo Olinto, (2002, p. 43) “os princípios estruturais dela acentuam, portanto, formas avessas a perspectivas globais, homogeneizantes”. A obra, a partir destes pressupostos, se organiza através de contribuições de diferentes autores, que em ensaios individuais em sua forma original, debatem assuntos relacionados a produção literária dos estados unidos, sem intervenção sintetizadora que pudesse transformar a coletânea, de autoria e compromissos teóricos e estéticos diversos, em narrativa linear e coerente. A sua concepção, envolve também, uma necessária exposição da situação das questões

fundamentais envolvidas na produção de uma história da literatura, inclusive a própria natureza da sua determinação.

Na sua apresentação, por exemplo, o editor comenta o título e apresenta as orientações político-sociais que envolvem a construção da obra e a delimitação de seu conteúdo e material através do conceito geográfico.

what do we mean by "United States," and how do the words "Literary History of the United States" in the title signify something different from "A History of American Literature"? To place the stress upon the United States is to acknowledge that for many people in the world the term "American" is not synonymous with "United States" but refers to all of the countries on the North American continent. By the use of the term "United States," however, we do not wish to exclude the pre-Columbian and colonial writing that preceded 1776. A related problem is that of language: because English is the dominant language in the United States today, should non-English writings be excluded from this study? The answers to these questions involve matters of judgment about which there is much debate. For the sake of clarity and consistency in this volume, we have concluded that by the "literature of the United States" we mean all written and oral literary works produced in that part of the world that has become the United States of America (ELIOTT, 1988, p. xix).

Desta forma, estão presentes na obra tanto autores canônicos e autores que ora se destacavam no cenário literário estadunidense como aqueles que representavam tradições divergentes, como, por exemplo, os autores indígenas, a produção literária hispânica, judia e asiática, todas não necessariamente produzidas em língua inglesa. (Elliott 1988:24).

No mesmo espírito, *A New Literary History of Modern China*, publicada em maio de 2017, articula um espectro de escritos que cobrem a literatura chinesa do final do século XVII até o presente. Com mais de 140 colaboradores chineses e não chineses de todo o mundo, este volume de referência explora formas não convencionais, bem como gêneros tradicionais - letras de músicas pop e discursos presidenciais, tratados políticos e anotações de prisão, para citar apenas alguns.

Autores como Lu Xun, Shen Congwen, Eileen Chang e Mo Yan aparecem sob uma nova luz, enquanto trabalhos menos conhecidos iluminam pontos de viragem na história recente da China. Muitos ensaios enfatizam a influência dos autores chineses em escritores estrangeiros, bem como a receptividade da China a influências literárias

externas. Obras contemporâneas que envolvem minorias étnicas e questões ambientais ocupam o seu lugar na discussão crítica, ao lado de escritores que abraçaram as tradições chinesas e outros que resistiram.

Cabe, por fim, destacar os projetos acima descritos como um esforço de produção crítica imaginativa, manifesto na escrita ensaística, que opta por um fazer científico estético, comprometido com a produção de conhecimento como fruto de experiências vivas, multilíneas, não-simultâneas e não mais ancorados em um princípio evolutivo organizacional no modelo *wie es eigentlich gewesen ist* (como ela realmente é, seguindo os postulados rankeanos) e sim no modelo (por mim aqui cunhado) *wie es eigentlich gespürt ist* (como é realmente sentida).

Referências

BOURDIEU, P. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: s/e. 1977.

BURKE, P. *A Escrita da História. Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história*. Porto Alegre: ARTMED, 2001

ELLIOT, T. et alii. *Columbia literary history of the United States*. New York: Columbia UP, 1988.

GINZBURG, C. *Clues, Myths and the Historical Method*, Baltimore: s/e, 1989.

___ & PONI, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: GINZBURG, C.; PONI, C.; CASTELNUOVO, E. *A micro-história e outros ensaios*. Tradução: António Nariono. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p.169-78.

DER-WEI WANG, D. *A New Literary History of Modern China*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2017.

DOSSE, F. *A História*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

MATURANA, H. & VARELA, F. *The tree of Knowledge. The biological Roots of human Understanding*. Boston: Shambhala Publications. 1998.

JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.

HOLLIER, Denis. "On Writing Literary History". In: _____. (org.). *A new history of French Literature*. Cambridge: Harvard UP, 1989, p. xxi-xxv.

LEVI, Giovanni. "On Microhistory." In: Burke, P. _____. *New Perspectives on Historical Writing*. Cambridge: Polity Press, 1991, p 93–113.

THOMPSON, E. *Making History. Writings on History and Culture*. New York: New York Press, 1995.